

Nome:

CPF:

### **INSTRUÇÕES – LEIA ANTES DE COMEÇAR A PROVA**

- Os telefones celulares deverão permanecer **desligados** durante toda a prova. Os aparelhos só poderão ser ligados após a saída do candidato do local de prova (não é permitido o uso nos corredores, pátio e/ou banheiros do local de prova). A não observância desse item acarretará a eliminação do candidato do processo seletivo.
- O documento de identidade deverá permanecer sobre a carteira, assim como a caneta esferográfica na cor azul ou preta (fabricada em material transparente).
- Este caderno de prova, com páginas numeradas de 1 a 11, contém **30 (trinta) questões objetivas**, cada uma com 4 (quatro) alternativas e **1 (uma) questão de redação**. Confira o caderno de prova e caso esteja incompleto, solicite ao fiscal que o substitua.
- As respostas da prova objetiva e a redação deverão ser, obrigatoriamente, transcritas para as FOLHAS DE RESPOSTAS (uma para as questões objetivas e outra, impressa em frente e verso, para a redação), que serão os únicos documentos válidos para a correção. Caso as folhas de respostas estejam incompletas, solicite ao fiscal que as substitua.
- É proibida a identificação adicional das FOLHAS DE RESPOSTAS. Nas folhas deverá ser preenchido somente o CPF do candidato, nos campos destinado para tal. Caso haja identificação com nome ou alguma marca ou símbolo, o candidato será eliminado do certame.
- As FOLHAS DE RESPOSTAS não serão substituídas caso o candidato rasgue, amasse ou rasure-as.
- Para cada questão objetiva existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.
- A duração da prova é de **3,5 horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento das FOLHAS DE RESPOSTAS. Não haverá tempo adicional para passar a redação a limpo.
- O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, no mínimo, **uma hora** após o seu início. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova com o caderno de prova **2,5 horas** após o seu início.
- Terminada a prova, o candidato deverá obrigatoriamente, entregar ao fiscal as FOLHAS DE RESPOSTAS e o rascunho da redação.

**NÃO É PERMITIDO** (sob pena de ser eliminado do processo seletivo):

- Uso de lápis, lapiseira, borracha, apontador, canetas coloridas e/ou corretivo;
- Uso de relógios de pulso ou qualquer outro tipo;
- Uso de bonés, chapéus, fones de ouvido, protetor auricular, óculos escuros e/ou acessório de chapelaria;
- Uso de calculadora, alarmes e/ou objetos eletrônicos, assim como qualquer objeto que possa emitir sinais ou barulhos suspeitos.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**1. Segundo o disposto no artigo 37, caput, da Constituição da República de 1988, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios a seguir, EXCETO:**

- a) Legalidade.
- b) Igualdade.
- c) Eficiência.
- d) Impessoalidade.

**2. Acerca dos Precatórios e das Requisições de Pequeno Valor, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) As Requisições de Pequeno valor compreendem as obrigações da Fazenda Pública Federal, de até 40 salários mínimos, e devem ser pagas em até 90 dias contados da data do envio da requisição ao Tribunal Regional Federal.
- b) Os precatórios expedidos até o dia 02 de abril serão pagos dentro do prazo previsto na Constituição se quitados até dezembro do exercício financeiro seguinte ao da expedição.
- c) A limitação da alçada dos juizados especiais federais impede que, no juizado, sejam expedidos precatórios em razão da limitação ao valor de alçada.
- d) As empresas públicas prestadoras de serviços públicos, mesmo que em regime de monopólio, não se submetem ao regime de precatórios.

**3. No regramento brasileiro, são órgãos/entidades da Administração Pública Indireta, EXCETO:**

- a) Autarquias.
- b) Fundações Públicas
- c) Câmara de Vereadores
- d) Empresa Pública.

**4. Acerca da Responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável em caso de dolo ou culpa.
- b) A responsabilidade civil do Estado pela culpa do serviço depende da prova de que o agente quis, dolosamente, provocar o dano ao particular.
- c) O parecerista responde objetivamente pelo dano causado à Administração Pública independentemente de ter agido com dolo, culpa grave ou erro grosseiro.
- d) A limitação administrativa, como regra, implica em indenização aos particulares, mesmo que não haja prova do dano anormal e específico sofrido pelo particular.

**5. Com base na Lei n. 14.133/2021, são modalidade de licitação, EXCETO:**

- a) Tomada de preços.
- b) Diálogo competitivo.
- c) Leilão.
- d) Concorrência.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**6. De acordo com a Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Nacional de Justiça:**

- a) são órgãos do Poder Judiciário, sendo que apenas o Conselho Nacional de Justiça não tem sede na Capital Federal.
- b) têm sede na Capital Federal, sendo que apenas o Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário.
- c) têm sede na Capital Federal, sendo que todos são órgãos do Poder Judiciário.
- d) são órgãos do Poder Judiciário, sendo que apenas o Supremo Tribunal Federal tem sede na Capital Federal.

**7. Sobre processo legislativo e da emenda à constituição, assinale a alternativa CORRETA.**

- a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de três quintos, no mínimo, dos membros tão somente da Câmara dos Deputados.
- b) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- c) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- d) A Constituição não poderá ser emendada mediante proposta exclusiva do Presidente da República.

**8. A súmula vinculante pode ser aprovada mediante decisão de dois terços dos ministros do STF para que, a partir de sua publicação, tenha efeito vinculante sobre:**

- a) demais instâncias do Poder Judiciário.
- b) Administração Pública direta e demais instâncias do Poder Judiciário.
- c) Administração Pública direta e indireta na esfera federal e os demais órgãos do Poder Judiciário.
- d) demais órgãos do Poder Judiciário e a Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

**9. Com relação à organização política administrativa é CORRETO afirmar:**

- a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
- b) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, sem a aprovação da população, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- c) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem não podem ser reguladas em lei complementar.
- d) A república federativa do Brasil mantém seus representantes nas relações de dependências na forma da lei.

**10. Direitos e garantias fundamentais concernem, dentre outros aspectos, às liberdades individuais. Nesse sentido, conforme consta do texto constitucional é:**

- a) livre a locomoção no território nacional em qualquer tempo.
- b) plena a liberdade de associação para fins lícitos em qualquer natureza.
- c) garantido o direito de propriedade desde que seja atendida a sua função social.
- d) garantido o direito de protestar em locais abertos ao público, sendo apenas exigida autorização prévia.

### **DIREITO PENAL**

**11. Segundo o Código Penal, ficará sujeito à lei brasileira, ainda que cometido no estrangeiro, o crime:**

- a) praticado em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando ocorrer em território estrangeiro e neste for julgado.
- b) de genocídio, independentemente da nacionalidade e do domicílio do agente.
- c) contra a administração pública brasileira, ainda que o agente não esteja a seu serviço.
- d) contra o patrimônio de município brasileiro, ainda que o agente tenha sido absolvido no estrangeiro.

**12. Acerca dos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que apresenta a descrição legal da corrupção passiva:**

- a) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- b) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- c) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- d) Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

**13. Em relação às penas e suas espécies, o Código Penal assevera que:**

- a) as penas serão privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa.
- b) as penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma regressiva, segundo o mérito do condenado.
- c) o trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras privadas.
- d) as penas serão privativas de liberdade, restritivas de direitos e de liberdade condicional.

**14. Com relação ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou, respectivamente, as teorias do (a):**

- a) resultado e da ação.
- b) consumação e do resultado.
- c) atividade e da ubiquidade.
- d) ubiquidade e da atividade.

**15. A coação moral irresistível:**

- a) torna o fato atípico.
- b) é causa excludente de ilicitude.
- c) tem o mesmo tratamento legal da coação física irresistível.
- d) é causa de isenção da punibilidade.

### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**16. De acordo com a Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/84), o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho, parte do tempo de execução da pena. A contagem do referido tempo será feita à razão de:**

- a) 1 (um) dia de pena a cada 1 (um) dia de trabalho.
- b) 1 (um) dia de pena a cada 2 (dois) dias de trabalho.
- c) 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.
- d) 1 (um) dia de pena a cada 4 (quatro) dias de trabalho.

**17. Sobre a prisão preventiva, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A prisão preventiva pode ser decretada para garantir a ordem pública, garantir a ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.
- b) A prisão preventiva pode ser decretada para assegurar a punição de crimes culposos com pena igual ou inferior a 04 (quatro) anos.
- c) A prisão preventiva somente pode ser decretada para assegurar a punição de crimes dolosos contra a vida.
- d) A prisão preventiva pode ser decretada por qualquer pessoa do povo.

**18. De acordo com as disposições do Código de Processo Penal e sobre o inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA.**

- a) O defensor constituído, no interesse do representado, poderá ter acesso amplo aos elementos de prova, desde que estejam documentados em procedimento investigatório.
- b) Caso a autoridade policial entenda que não há provas da materialidade e indícios suficientes da autoria, poderá mandar arquivar os autos de inquérito policial.
- c) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial caberá recurso ao Juízo.
- d) O inquérito policial, em caso de investigado preso, deverá ser concluído no prazo de 30 dias improrrogáveis.

**19. De acordo com o Código de Processo Penal – CPP, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) A denúncia ou queixa será rejeitada quando for manifestamente inepta, quando faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal, ou quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias.
- c) O juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.
- d) O juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar que o fato narrado evidentemente não constitui crime.

**20. Ação penal pública incondicionada é promovida mediante:**

- a) queixa pela vítima.
- b) queixa pelo Ministério Público.
- c) denúncia pela vítima
- d) denúncia pelo Ministério Público.

**DIREITO CIVIL**

**21. Sobre o negócio jurídico, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Condição é o evento futuro e incerto a que subordina a eficácia do negócio jurídico – seja suspendendo seus efeitos (condição suspensiva), seja cessando-os (condição resolutiva).
- b) A condição resolutiva impossível sempre priva de efeitos o negócio jurídico.
- c) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- d) A validade do negócio jurídico depende da observância de forma prescrita ou não defesa em lei, agente capaz, objeto lícito, possível, determinado, mas não se admite a indeterminação, ainda que o objeto seja determinável.

**22. Sobre o direito das coisas, é CORRETO afirmar que:**

- a) A propriedade das coisas imóveis adquire-se mediante o registro do contrato de compra e venda no Tabelionato de títulos e documentos.
- b) Os bens públicos dominicais sujeitam-se à aquisição por meio da usucapião.
- c) A usucapião extraordinária depende da prova de posse mansa e pacífica por 10 anos, prova de justo título e boa-fé.
- d) O registro é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial do registro, e este o prenotar no protocolo.

**23. Sobre as pessoas jurídicas, é CORRETO afirmar:**

a) As associações são pessoas jurídicas sem fins lucrativos constituídas por uma coletividade de bens para determinadas finalidades institucionais.

b) As sociedades limitadas são pessoas jurídicas constituídas por uma ou mais pessoas, sem fins lucrativos, e somente adquirem personalidade jurídica após o registro do contrato social no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

c) As fundações são pessoas jurídicas sem fins lucrativos, formadas por uma coletividade de bens, constituídas por escritura pública ou por testamento, regidas por estatuto, e passíveis de serem fiscalizadas pelo Ministério Público quanto ao cumprimento de suas finalidades institucionais.

d) De acordo com o Código Civil, a simples existência de um grupo econômico de empresas é suficiente para permitir a dissolução da personalidade jurídica e a atribuição da responsabilidade à pessoa dos sócios, independentemente de qualquer outro requisito.

**24. Sobre os contratos, é CORRETO afirmar:**

a) O contrato de compra e venda de ascendente para descendentes é nulo.

b) O contrato de compra e venda, como regra, é contrato real.

c) O vendedor somente poderá executar a cláusula de reserva de domínio sem prévio protesto do título ou interpelação judicial.

d) A cláusula resolutiva expressa adjeta ao contrato de compra e venda independe de prévia interpelação judicial para que possa ser executada e resultar na dissolução do negócio.

**25. Acerca da prescrição e da decadência, assinale a alternativa CORRETA:**

a) O prazo prescricional não se suspende nem se interrompe.

b) O prazo prescricional não corre em favor do absolutamente incapaz.

c) De acordo com o Código Civil, aplica-se à decadência a causa suspensiva de seu curso em face do absolutamente incapaz.

d) Enquanto a decadência aniquila o direito de ação, a prescrição fulmina o próprio direito potestativo.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**26. Sobre os princípios do processo civil, assinale a alternativa INCORRETA:**

a) Ninguém pode ser privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

b) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

c) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

d) Os processos nos Juizados Especiais orientam-se pelos critérios da escrita absoluta, complexidade, formalidade e economia processual.

**27. Sobre o tema competência, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A competência é determinada exclusivamente pelas normas previstas no Código de Processo Civil – CPC.
- b) Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.
- c) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, vedado às partes o direito de instituir júízo arbitral.
- d) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro do autor.

**28. De acordo com a Lei dos Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/01), assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas sobre bens móveis da União.
- b) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.
- c) É vedado aos representantes judiciais da União, autarquias e fundações públicas federais transigir ou desistir nos processos de competência dos Juizados Especiais Federais.
- d) Os honorários do técnico responsável pelo exame pericial devem ser pagos pela parte autora, vedada a antecipação à conta de verba orçamentária do respectivo Tribunal.

**29. De acordo com a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei 9.099/95), assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- b) Extingue-se o processo quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.
- c) A nulidade deve ser sempre pronunciada pelo juiz, mesmo que não tenha havido prejuízo.
- d) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.

**30. De acordo com a Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/80), assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida apenas como tributária.
- b) A Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional.
- c) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.
- d) O executado será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.

### **PROVA DE REDAÇÃO**

- I. O rascunho ou esboço, se houver, deve ser redigido na Folha de Rascunho e deverá ser entregue à equipe com o texto definitivo e as folhas de respostas;
- II. O texto definitivo deve ser escrito na Folha de Respostas com caneta esferográfica azul ou preta. O rascunho, se houver, não será considerado;
- III. Trechos literais dos textos motivadores não podem ser reproduzidos;
- IV. O texto deve ser dissertativo-argumentativo e possuir entre 20 e 60 linhas;
- V. Será atribuída a nota zero à redação que:
  - a) fugir ao tema ou não apresentar conteúdo dissertativo-argumentativo;
  - b) apresentar nome, apelido, rubrica ou outro sinal identificador do candidato.

### **TEXTOS MOTIVADORES:**

#### **TEXTO I**

“Há muitos anos, muitos mesmo, estive em Nova York assessorando um grande escritório daquela cidade em uma pendência travada entre bancos brasileiros e uma empresa americana que havia feito uma importação de um produtor brasileiro. A questão dizia respeito a operações de adiantamento sobre de contrato de câmbio ACC, cujos pormenores não precisamos tratar neste momento. As audiências eram realizadas nos próprios escritórios dos advogados, reunidos em imensas salas em cujo centro havia uma mesa enorme, com cerca de quarenta cadeiras (vinte de cada lado), nas quais se acomodavam os participantes, ocupando geralmente todas elas. Em uma das cabeceiras ficava o meirinho ou seu equivalente, que registrava a audiência e encaminhava para o juiz as petições dos advogados das partes.

Estranhei tanta gente, pois os bancos brasileiros eram representados por um único escritório, diante daquele que defendia a empresa americana. Mas logo descobri a razão. Os diversos e complexos aspectos da pendência ficavam a cargo de advogados especialistas, cada um altamente competente na sua área. Mas havia um problema: nenhum deles era capaz de compreender o todo da questão posta, emaranhando-se em discussões intermináveis sobre cada ponto controverso ou, mesmo, falsamente controverso, pois alguns deles, no fundo, eram falsos problemas. Quase tudo se passava como se fossem uma conversa entre diversas pessoas, cada uma delas falando em uma língua inteiramente incompreensível para as demais.

Faltava uma cabeça que pudesse entender a situação sob o seu ponto de vista macro, para poder direcionar a discussão de forma sistematizada e harmônica. Eu não consegui fazer isso em favor da empresa americana, tendo sido quase inteiramente inúteis as minhas tentativas de mostrar aos colegas americanos a quem assessorava qual era o caminho adequado, verdadeiramente a percorrer. O resultado não foi dos melhores para aquela cliente americana.

Esse introito foi feito com a intenção de demonstrar uma realidade que se mostra cada vez mais presente, qual seja, a perda da visão geral do direito e dos seus microssistemas em favor de especializações que se tornam cada vez mais precoces no universo jurídico brasileiro, no qual a maior parte dos atores busca um nicho onde localizar-se, no qual possa realizar-se plenamente como um profissional de sucesso. Dentro dessa realidade o coitado do estagiário ingressa em um escritório para atuar em determinada área e corre o risco de nela se aposentar se não morrer antes.

Cabe aqui a famosa anedota sobre o médico ortopedista que somente sabe tratar do dedo mindinho da mão esquerda, nada podendo fazer em relação aos seus vizinhos. Ora, a superespecialização no direito tem levado os especialistas para dentro de um labirinto jurídico verdadeiramente emaranhado, do qual não conseguem sair, ao menos de uma forma razoavelmente eficaz, toda vez que se encontram diante de uma situação que envolve diversos microssistemas jurídicos. Falta aquilo que os alemães chamam de Weltanschauung [visão de mundo], aplicável ao nosso caso como uma cosmovisão, ou uma visão geral do

direito [...]”. (VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Generalistas versus especialistas no direito: boia e labirinto**. Migalhas, N. 5.806, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/356640/generalistas-versus-especialistas-no-direito-boia-e-labirinto>) (com adaptações).

## **TEXTO II**

“[...] Para fins de familiarização, entenda-se por juiz generalista e, analogamente, tribunal generalista aquele a quem não se designa matéria específica; porquanto, supostamente, não dispõe de elevados graus de especialização. O juiz generalista é o que se coloca ante uma corte de jurisdição geral e julga qualquer disputa que surja diante dele (OLDFATHER, 2011). Face à hodierna sociedade crescentemente especializada, essa figura é eventualmente adjetivada como anacrônica (OLDFATHER, 2011). Antagonicamente, juiz especializado e, extensivamente, corte ou tribunal especializado, tem por lide objeto específico e limitado. Por especializar-se em determinado assunto, pressupõem-se capacidades institucionais mais amplas e aprimoradas nos juízes especializados quando comparados aos generalistas, no que se refere à fidelidade textual.

Nos Estados Unidos da América (EUA), os juízes generalistas são celebrados nas cortes federais, e a sua desejabilidade e importância são frequentemente sustentadas, sendo vasta a doutrina que suporta essa orientação. Verifique-se, para tanto, a asserção da Juíza Federal Diane Wood, com a qual saudaria muitos juízes federais: ‘nós precisamos de juízes generalistas mais do que nunca nas cortes federais dos Estados Unidos’ (WOOD apud CHENG, 2008, p. 521) admitindo, por conseguinte, que o sistema federal preservou determinados valores precisamente por ter resistido ao tipo de profissionalização e especialização que outros adotaram [...]” (LAZARI, Igor de; BOLONHA, Carlos, RANGEL, Henrique. A relevância dos limites discricionários do juiz generalista. **Conselho Nacional de Justiça: balanços e perspectivas**. Rev. Direito GM, N. 9 (2), dez. 2013) (com adaptações).

## **TEXTO III**

“O desafio que todos enfrentamos é como manter os benefícios da amplitude, da experiência diversificada, do pensamento interdisciplinar e da concentração tardia em um mundo que cada vez mais incentiva (e até exige) a hiperespecialização. Embora seja, sem dúvida, verdade que existem áreas exigindo indivíduos que se concentrem cedo e de forma estrita, conforme a complexidade aumenta – com a tecnologia transformando o mundo em redes mais vastas de sistemas interconectados nos quais cada indivíduo vê apenas uma pequena parte –, também precisamos de pessoas que começam de forma ampla e adotam diversas experiências e perspectivas enquanto progredem. Pessoas com amplitude” (ESPTEIN, David. **Por que os generalistas vencem em um mundo de especialistas**. São Paulo: Globolivros, 2020, ISBN 6580634340) (trecho adaptado).

**TEMA:** Tendo por referência os textos motivadores e com base em seus conhecimentos, redija texto dissertativo-argumentativo, utilizando linguagem formal, sobre o tema:

**“A amplitude do conhecimento e da experiência é primordial para o sucesso nas carreiras jurídicas diante dos desafios impostos por um mundo cada vez mais complexo”.**

RASCUNHO